



ÁREA TEMÁTICA: Estado, Segurança e Defesa

A crise do Estado brasileiro e a carnavalização da barbárie: uma análise da guerra civil no Rio de Janeiro

MENEZES, Wellington Fontes

Mestrando em Economia

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

wfmenezes@uol.com.br

Resumo

O fracasso das políticas públicas permitiu um aumento vertiginoso do número de habitações precárias e marginalização dos moradores destas regiões ampliando o clima de medo, insegurança e instabilidade social. Um terreno fértil para a proliferação da violência promovido pelo tráfico de drogas e armas. Analisando o caso particular do Rio de Janeiro, como resultado da ineficiência da chamada “polícia convencional” o Estado fluminense criou o BOPE, uma tropa de elite das polícias, como alternativa do monopólio estatal da violência para combater o narcotráfico. No cenário de uma verdadeira guerra civil travada nos morros e favelas é possível destacar uma tríade de atores: os traficantes com táticas de guerrilha, as milícias formadas por grupos de policiais passíveis a corrupção e a truculenta ação do BOPE. O embrutecimento da ação policial é ainda apoiado por uma parcela da sociedade civil que defende o autoritarismo como panacéia contra a violência. Uma cadeia de interesses ilícitos move uma economia subterrânea que se nutre de uma modernidade excludente, além de contar com a conivência ou omissão de agentes estatais. A barbárie cotidiana é representada pelo desmantelamento do Poder Público expondo visceralmente uma profunda crise do Estado impregnada de uma violência endógena na sociedade e a ampliação da exclusão social geratriz de centenas de mortes anuais por armas de fogo que atingem com mais rigor jovens pobres das áreas de risco.

Palavras-chave:





1. Introdução

Qual o limite entre a civilização e a barbárie? O Brasil das desigualdades enraizadas, imerso nos rincões mais inóspitos dos centros econômicos convive com a proliferação das favelas jogadas à sua própria sorte. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de que, em 2020, haverá cerca de 1,4 bilhão de pessoas morando em favelas em todo o mundo, das quais 162 milhões na América Latina e no Caribe (as áreas mais alarmantes se encontram na região da África Subsaariana). Segundo a Agência Brasil, o Brasil conquista atualmente uma liderança negativa no ranking habitacional da precariedade “onde cerca de 52,3 milhões residem em favelas. [...] Cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro, estimado em 7 milhões de moradias está concentrado na população que recebe até três salários mínimos por mês” (Agência Brasil, 2006).

O fenômeno brasileiro da “favelização” tem origem no final do século XIX. Durante a primeira década do século XX, as favelas começam a se desenvolver principalmente depois da abolição da escravidão e cujo processo foi deflagrado sem nenhuma integração socioeconômica dos escravos libertados. É alto o grau de imprecisão sobre o número exato de favelas no Rio de Janeiro, incluindo-se neste quesito a própria indefinição consensual do conceito de favela. Em 2003, a UN-Habitat produziu o mais recente relatório global sobre assentamentos humanos: “The Challenger of Slums” e classificou o termo inglês “slums” para o caso brasileiro em quatro tipos de assentamentos como sendo favela, loteamento, invasões e cortiços.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou dados de 518 favelas enquanto o Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, trabalha com um número ao redor de 750. Terror, sangue e tráfico são os componentes explosivos que encarceram milhares de brasileiros sitiados dentro de nichos de sua própria nação. Não é possível generalizar pejorativamente as favelas brasileiras, em particular os morros fluminenses, apenas como um refúgio exclusivo de criminosos. Apesar de esforços de algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs) para minimizarem o espaço de segregação e exclusão social, em muitos aspectos, as favelas continuam sendo um reduto deletério da vida social de milhares de brasileiros sem abrigo no asfalto, imerso em uma guerra sem fim e minguadas esperança no futuro.

Hoje, a violência urbana é uma enfermidade coletiva que merece ser tratada como epidemia social das mais alarmantes. A disputa pelo controle e gerenciamento dos pontos de drogas são um dos principais focos de conflitos bélicos violentos no interior das favelas. Estima-se que “a participação nos negócios ilícitos das drogas tenha atingido a cifra de 400 bilhões de dólares, o que corresponde a 8% do comércio internacional, maior do que a parte que cabe ao setor de veículos e ao ferro e aço; igual à dos setores de petróleo, têxtil e de turismo” (Zaluar, 1998: 257). Segundo o Gomide (2008) a respeito da violência no Rio de Janeiro, “em 2007, 151 PMs foram assassinados no Estado, um a cada 2,5 dias. As polícias do Rio mataram 1.330 pessoas (recorde histórico), média de 3,64 por dia”. Para a análise de Soares (2000), calcula-se que “nos anos 90, o tráfico tenha produzido cerca de 20 mil vítimas, em sua maioria jovens, pobres, e não-brancos, na cidade do Rio de Janeiro”. A razão desse morticínio estaria associada às disputas entre quadrilhas por controle territorial e comercialização de drogas e armas. Para o presente trabalho, a subterrânea guerra civil do Rio de Janeiro merece o particular destaque.

2. “Quem poupa o lobo, sacrifica a ovelha”

O filme “Tropa de Elite” (2007) dirigido por José Padilha, é um esboço cinematográfico da guerra civil travada nos morros no Rio de Janeiro. Sem retoques e com muita acidez, o drama focaliza a violência da “Cidade Maravilhosa” solapada pelas rajadas de metralhadoras a partir da visão de um agente do BOPE, Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro. Em tese, o BOPE é um batalhão pertencente ao conjunto da Polícia Militar, mas na prática, é um destacamento autônomo, ou seja, a “tropa de elite”,



responsável pelas operações de alto risco as quais a “polícia convencional” não consegue resolver. No filme, Padilha busca traçar um retrato do cotidiano da polícia, como sendo um trabalho que mistura certo heroísmo, corrupção, assassinato e tortura.

Não existe uma clara definição entre onde começa a ficção e termina a realidade, ou vice-versa. A degradação social nos morros fluminenses é um misto trágico entre a fantasia e realidade tão característica dos espetáculos promovidos pelo carnaval: a alegórica “festa do povo”. Dos pilares autoritários à uma frágil democracia à brasileira, a única certeza visível na sociedade é extermínio de centenas de pessoas anualmente, “atingindo de forma intensa e desproporcional os jovens do sexo masculino, moradores das áreas carentes das grandes cidades e regiões metropolitanas” (USP/NEVUSP, 2007: 13).

Tanto no filme de Padilha quanto nos noticiários das diferentes mídias que cobrem a violência fluminense, o clima presente é de uma guerra declarada entre policiais e traficantes, os chamados “comandos”, cuja paz sempre instável entre os dois lados é movida à corrupção. A rigor, não existem heróis ou bandidos na apocalíptica guerra travada pelos pontos de drogas no Rio de Janeiro, onde os códigos babilônicos soam muito mais altos que os códigos jurídicos do Estado de Direito: “olho por olho” ou “chumbo por chumbo”, é assim que se forma a gênese da barbárie cotidiana presente nos morros fluminenses.

“Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” é o que destaca o artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. Para a grande parte das polícias imbuídas de um espírito autoritário, tal artigo não passa de uma grande “bobagem” proferida pelos defensores dos Direitos Humanos. A tortura, coação e humilhação da vítima são os métodos usuais praticados tanto do lado dos agentes policiais quanto dos traficantes. Em sites como o *YouTube* é possível encontrar vídeos caseiros de apologia ao trabalho do BOPE. Os vídeos, sem uma clara identificação de seus autores, são sempre regados a muita violência explícita e ostentação de fardos armamentos de alto poder de destruição e, quase sempre, exclusivos das forças armadas. A parábola atribuída a Victor Hugo, “quem poupa o lobo, sacrifica a ovelha” é constante nos vídeos divulgados. Um surreal *marketing* de uma guerra particular onde alguns “admiradores” da repressão policial procuram fazer deliberadamente uma demonstração de força tal como às facções do crime organizado costumam se ostentarem na rede mundial de computadores.

É atribuída aos homens do BOPE realizar o trabalho “heróico” de subida dos morros, apreensão de drogas, armas e desmantelamento de quadrilhas de traficantes enquanto que a “polícia convencional” formada por militares e civis é um modelo falido que não garante mais o controle da ordem pública. Na “guerra contra os bandidos” os “*Rambos* de preto” uniformizados e tropicalizados combatem em nome de uma suposta “manutenção da ordem”. Um destaque para o emblema do BOPE – uma caveira empalada numa espada sobre duas pistolas douradas – que caracteriza uma mensagem forte e inequívoca: o emblema simboliza o combate armado, a guerra e a morte (Justiça Global Brasil, 2006). Na prática seus métodos são o que restam de poder do Estado para buscar combater o tráfico e “salvar a sociedade dos bandidos”.

Nos treinamentos, tanto no filme como nos vídeos divulgados na internet, enquanto fazem uma série de exercícios físicos e técnicos, os candidatos a ingressarem no BOPE entoam alienadamente hinos da tropa que traduzem em marcha o “espírito do grupo”: “Homem de preto, qual é sua missão? Entrar pela favela e deixar corpo no chão. Homem de preto, o que é que você faz? Eu faço coisas que assustam o satanás!”. A construção do caráter de um soldado em modelos de políticas autoritárias é “o primeiro mecanismo de fuga da liberdade [...] é a tendência para renunciar à independência do próprio ego individual e fundi-lo com alguém ou algo, no mundo exterior, a fim de adquirir a força de que o ego individual carece” (Fromm, 1981: 118). Nos exercícios de treinamento das tropas é possível perceber que a característica da “marcha do BOPE é uma dessas cantigas de ninar perversas em que o ‘lobo mau’ está claramente indicado: é o favelado que, um verso depois, inexplicavelmente, se transforma em bandido” (Menegat, 2006: 108). Logo, as políticas públicas de segurança regem a falsa premissa de que para combater a criminalidade é preciso mais “força” derivada da repressão policial. É importante salientar a virulência do poder de fogo e agressividade do Estado através de seus agentes repressivos contra as comunidades carentes dos morros



e bairros depauperados do Rio de Janeiro.

Uma característica peculiar do BOPE são os carros blindados que sobem os morros e resistentes até mesmo a tiros de fuzil AR-15. O veículo blindado é convencionalmente chamado de "Pacificador", mas é mais conhecido pela população do morro como "Caveirão". Segundo a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) o veículo tem como função romper barreiras físicas impostas pelos traficantes em seus "territórios", sendo ainda utilizado no resgate de feridos em confrontos. Entretanto, a chegada do Caveirão no morro é um sinal de desespero para a população uma vez que "a polícia faz ameaças psicológicas e físicas aos moradores, com o intuito de intimidar as comunidades como um todo" (Justiça Global Brasil, 2007).

A linguagem tratada pelos auto-falantes na parte externa dos carros blindados que anuncia a chegada da polícia é ecoada em um ritmo que beira à uma inverossímil procissão. No entanto, parece não pairar dúvidas a respeito da tarefa dessa polícia descontrolada: subir o morro para impor o medo, intimidação, coerção, tortura e atirar quem se encontra pela frente fazendo justiça no meio da rua:

"Crianças, saiam da rua, vai haver tiroteio" ou de forma mais ameaçadora: "Se você deve, eu vou pegar a sua alma". Quando o caveirão se aproxima de alguém na rua, a polícia grita pelo megafone: "Ei, você aí! Você é suspeito. Ande bem devagar, levante a blusa, vire... agora pode ir...". [...] A polícia tem o direito legítimo de se proteger enquanto trabalha. Mas também tem o dever de proteger as comunidades que está servindo. O policiamento agressivo tem resultado em grande sofrimento para as comunidades pobres do Rio, bem como sua perda de confiança na capacidade do estado de manter e garantir a segurança (Justiça Global Brasil, 2007).

Com o esfacelamento da chamada "polícia convencional" permitiu o surgimento das chamadas **milícias**, ou seja, um segmento de policiais provenientes da chamada "banda podre" que ao expulsarem os traficantes dos morros, comete crimes ao ocupar "comercialmente" os vazios deixando pelo tráfico, além de praticarem uma série de serviços ilegais de segurança privada e outras contravenções (Soares, 2007). O surgimento das milícias não são inovações dentro da barbárie fluminense, mas uma atualização dos grupos de extermínio que mudaram apenas de nome e "encobrem os crimes praticados por policiais, que passam a controlar o poder político e econômico nas favelas, substituindo as facções criminosas" (Alves, 2007: 39).

É possível encontrar pelo menos uma tríade de atores visíveis no universo violento dos morros fluminenses: traficantes a margem da lei com táticas de guerrilha; milícias com distintivos de policiais corruptos cuja representação simbólica é o fracasso do modelo da política de segurança pública; e a ação do BOPE como agente de última instância do monopólio estatal da violência ocupando morros com brutal agressividade para "matar com eficiência e dignidade". Diante da platéia se esquivando das "balas perdidas" de um imenso cenário ao ar livre está todo o conjunto da sociedade e, em particular, os moradores das áreas mais precárias do Estado fluminense¹.

3. A falência do Poder Público e a canibalização da barbárie

A oferta e demanda são as premissas básicas da economia de qualquer negócio dentro do mundo capitalista e no bilionário comércio regido pelo narcotráfico não é diferente. No asfalto, as classes abastadas dos bairros ditos como "nobres" são os principais mercados consumidores de todo e qualquer sortilégio de drogas. Certamente, não é apenas o dinheiro da burguesia fluminense que injeta violência para dentro e fora dos morros, mas uma cultura permanente de corrupção e impunidade onde o "jeitinho brasileiro" é escancaradamente praticado. Neste ínterim de crescente complexidade da estratificação da sociedade que assume uma dinâmica particular, a omissão do Poder Público, é galvanizada uma **canibalização** da violência, ou seja, um modelo que se torna endógena as práticas violentas dentro da estrutura social



fluminense. Além da promoção de uma cadeia de interesses econômicos privados ilícitos que envolvem desde policiais a políticos e juizes, o extermínio diário de pobres na guerra civil cada vez menos velada ainda soa indiferente para grande parte da “civilizada” sociedade. Desta maneira, “o fato é que a matança de pobres e favelados, na maioria negros, moradores de periferia sem acesso à educação e à saúde, beneficiou e vem beneficiando, ao longo do tempo, vários grupos sociais, econômicos e políticos do Rio de Janeiro” (Alves, 2007: 39).

Uma carnificina produzida a cada investida policial nos morros fluminenses é um tétrico espetáculo da violência no seu estágio mais primitivo. Os relatos da mídia através de notícias e imagens correntes em jornais, revistas e noticiários televisivos apenas mostram uma parte mais visível da guerra urbana e muito é soterrado pelas estatísticas difusas e corporativismo das políticas de segurança (Ver Tabelas 1 e 2).

Violência no Rio de Janeiro: Polícia do Estado é a que mais mata e mais morre no país			
Variação anual de mortes no Rio de Janeiro			
	<i>Em 2006</i>	<i>Em 2007</i>	<i>Variação</i>
Homicídios dolosos	6323	6133	- 3%
Resistência com morte do opositor	1063	1330	25%
Policiais mortos (civis e militares)	122	151	24%
Policiais mortos em serviço	29	32	10%
Policiais mortos em Folga	93	119	28%

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP) e Folha de S. Paulo.

Tabela 1 - Quadro comparativo da violência do Rio de Janeiro entre os anos 2006 e 2007.

Comparação do número de mortos (civis e militares) do Rio de Janeiro com outros Estados (2007)		
	Civis mortos em confronto com a polícia	Policiais mortos
Rio de Janeiro	1330	151
São Paulo	401	83 (2)
Minas Gerais	37 (1)	11 (3)
Pernambuco	21	26

(1) De janeiro a junho; no ano de 2006, 50; (2) Não inclui policiais civis mortos em folga; (3) De janeiro a junho, incluindo bombeiros; 2006, foram 23.

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP) e Folha de S. Paulo.

Tabela 2 – Quadro comparativo com números de mortes (civis e policiais) do Rio de Janeiro com outros Estados da federação brasileira (2007).

Observando a Tabela 1, os números mostram cifras de uma verdadeira guerra civil, ou melhor, “guerra ao tráfico”, como as autoridades públicas fluminenses preferem rotular. No Rio de Janeiro, somente entre estes dois anos de comparação, os números oficiais mostram que houve 12456 casos de homicídios dolosos. É muito provável que tais números estejam subestimados devido à subnotificação de registros por armas de



fogo, omissões e falhas neste processo contábil.

A partir da Tabela 2, e verificando o número oficial de civis mortos em confrontos com a polícia, é importante fazer uma breve comparação do Estado do Rio de Janeiro com outros dois Estados de suma importância para a economia brasileira, São Paulo e Minas Gerais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, com uma população estimada em 15.383.407 de habitantes no Estado do Rio de Janeiro, ocorreram em 2007 mais que o triplo de mortos em confronto com a polícia em comparação ao Estado de São Paulo com quase três vezes mais o número de habitantes (segundo estimativa do IBGE, em 2005, o Estado de São Paulo tinha uma cifra de 40.442.795 de habitantes) e cerca de trinta e cinco vezes maiores do que o Estado de Minas Gerais (com uma população estimada de 19.237.450, em 2005)! Enquanto o número de policiais mortos no Rio de Janeiro é superior a 1,8 vezes o número dos colegas paulistas e 13,7 vezes o número dos colegas mineiros. Logo, e antemão, é possível afirmar que a polícia do Rio de Janeiro é a que mais mata e mais morre no Brasil.

A precariedade da polícia militar do Rio de Janeiro, em geral, possui condições deletérias. Mal equipada, mal treinada, mal remunerada², mal treinada e culmina num despreparo para enfrentar situações de emergência nas ruas. O resultado é a explosão ainda mais acentuada de violência e corrupção endógena do aparelho segurança pública. O clima de tensão dos policiais na guerra permanente dentro dos quartéis pode ser sintetizado numa passagem da reportagem do jornal paulista Folha de S. Paulo:

Se não diminuir a margem de risco, pode não voltar para casa. O Rio é o Estado mais perigoso do Brasil, não tem jeito. É o único em guerra. Se não estiver bem preparado, vai cair", diz um aspirante. "Arma é sempre apontada. É grosseiro? Pode ser. Mas quem senta a bunda na viatura 12 horas correndo risco é o PM. Sem deixar de ser cortês, mas vai arriscar sua carcaça de madrugada? O Rio não é Minas Gerais", diz outro (Gomide, 2008).

O paradoxo desse sistema de execução permanente de pessoas a exaustão é contida quando existe um pacto selado pela propina que muitos policiais civis e militares (a chamada "banda podre") recebem do tráfico, o "arrego", selando inescrupulosamente a convivência do Poder Público e todo o arsenal de contravenções que o dinheiro das drogas pode corromper. Além dos vastíssimos lucros provenientes do tráfico de drogas e seus derivados, a "banda podre" das polícias também mantém seus negócios em outros segmentos num lucrativo comércio que combina desde exploração de bailes "funk" e seus "proibições" ao roubo de carga, passando pelo jogo do bicho e seqüestros. Praticamente, em todos os ramos do crime organizado, há necessariamente a convivência e participação de policiais de forma direta ou indiretamente.

A péssima remuneração e as condições de trabalho dos agentes policiais são mais um grande atrativo para que a propina e o negócio ilícito possam ser mais cativantes do que seu trabalho de agente público. Dessa maneira, o caminho do agente policial se encontra em um labirinto restando poucas saídas que não sejam a prática da corrupção, a omissão ou o uso deliberado da truculência. A complexidade do caos social não é exclusividade do Rio de Janeiro, porém é neste Estado que ocorre uma visceral e latente corrosão do Poder Público. Diante do quadro da guerra de "todos contra todos" no âmago de uma sociedade:

A violência urbana subverte e desvirtua a função das cidades, drena recursos públicos já escassos, ceifa vidas - especialmente as dos jovens e dos mais pobres -, dilacera famílias, modificando nossas existências dramaticamente para pior. De potenciais cidadãos, passamos a ser consumidores do medo (Pinheiro et al., 2007).

O maremoto de violência não poupa ninguém e captura cada vez mais jovens e crianças para as fileiras do narcotráfico. Traficantes cada vez mais jovens e violentos dominam as "bocas de fumo" com uso de arsenal cada vez mais pesado com alto poder de fogo. No entanto, nenhuma novidade que não seja de



conhecimento público. A cultura da barbárie predomina quando mescla indecifavelmente o permitido e o ilícito. Num mundo batizado pela barbárie, a ética é a primeira vítima de bala perdida. Crianças que empunham fuzis e protegem guetos do comércio de drogas é um dos bizarros espetáculos que o Estado brasileiro proporciona ao mundo. Que futuro existe para um jovem pobre sem perspectiva de futuro e busca em vão se equilibrar entre a violência dos "comandos" e da polícia?

Como em qualquer conflito bélico de grandes proporções, a guerra civil no Rio de Janeiro vem contabilizando saldos de mortos que batem recordes silenciosos de violência explícita. Diante da falência do Estado de Direito, a guerra é inevitável. Ademais, para a crescente militarização em clima de guerra das ações policiais em detrimento aos projetos de inclusão e socialização da riqueza que deveria ser produzida pelo Estado, existe o apoio voluntário de parcelas significativas da sociedade civil que são arregimentadas por um caráter autoritário e aderente aos programas de violência gratuita promovida pelo Poder Público em nome dos que são considerados "cidadãos de bem" (Miranda et al., 2007). Para essa parcela da sociedade civil com influência política e econômica dentro da sociedade, o auto-interesse egoísta, a preservação e ampliação do patrimônio e a indiferença que se mescla com a alienação perante os profundos problemas sociais empurram a democracia e a liberdade para um campo de interesse promíscuo e que flerta insistentemente para um autoritarismo violento a condução dos rumos do Estado.

Nas raízes autoritárias das fundações do Estado brasileiro, uma suposta eficiência estatal poderia ser um empecilho para uma parcela de interesses econômicos e corporativos de grupos hegemônicos de poder. Quem interessaria uma polícia que tivesse a primazia da eficiência e isenta das práticas corruptas, além de toda uma eficiente estrutura política, social e jurídica que dariam suporte ao Estado brasileiro? É fundamental a reflexão sobre a natureza de nossa sociedade e as implicações dela para a construção do Estado. A este respeito, Roberto Damatta faz uma distinção entre o indivíduo e a pessoa: "O resultado é um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que modernizam a sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais que conduz ao pólo tradicional do sistema)" (Damatta, 1994: 96-97).

A barbárie se configura numa sociedade altamente estratificada e individualista, onde o poder de coesão político-social é a manutenção de uma estrutura desagregadora e violenta. Dessa maneira, o aparato policial cumpre sua missão de conter as possíveis insatisfações dos moradores dentro dos morros e assim solapar qualquer tentativa de revolução social. A guerra civil é uma batalha intermitente muito mais pelo controle comercial das atividades ilícitas do que qualquer esboço de insatisfação social. A raiz revolucionária possível dentro das comunidades dos morros sintonizados num mar de antenas de televisão e parabólicas é deixada de lado para dar vazão ao estado permanente de consumo. No capitalismo, o seu mecanismo de exploração e sua ideologia do mercado ultrapassam as barreiras sociais e colocam *vis-à-vis* pobres e ricos como potenciais consumidores de evidente assimetria ilusória. A esse respeito, Boron (2004) descreve que "no capitalismo os mecanismos de exploração se encontram muito mais aperfeiçoados que em qualquer outro regime social se infere", e a consequência se evidencia com "a impossibilidade de elaborar uma sociedade justa ai aonde precisamente a exploração chegou a seu maior refinamento histórico" (Boron, 2004: 154).

4. "Imperialismo brando" e a desarticulação da sociedade sob a égide da modernização excludente

As privatizações das ações sociais retratam a desarticulação e enfraquecimento do Estado sob os auspícios das políticas neoliberais e enfraquecimento das práticas e ações dos grupos de esquerda. No vácuo da ausência de uma teia de proteção social do Estado, foi se erguendo um arquipélago de organizações não-governamentais (ONGs) cuja idoneidade é de difícil aferição, invadiram os morros em supostas práticas humanitárias. Sempre com o olhar atento do chefe do tráfico da região, em teoria, essas ONGs procuram fazer o trabalho social que o Estado deveria fazer e decididamente renunciou ao seu dever. Existe uma estreita correlação entre ONGs internacionalizadas no Terceiro Mundo, privatização dos serviços públicos e



os empréstimos do Banco Mundial. Em sua rápida passagem pelo Banco Mundial, o Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, chamou de “pós-Consenso de Washington” essas estreitas relações de supostos grupos de ajuda humanitária e interesses de corporações financeiras. Tais práticas também foram denominadas como “imperialismo brando” (Davis, 2006: 83-90).

A pobreza não gera necessariamente violência, mas degradação. A luta irracional pela sobrevivência transforma homens, mulheres, adolescentes e até mesmo crianças em canibais na insana guerra de todos contra todos e abençoada pela corrupção de policiais e políticos. A indiferença, a inércia e a incompetência política aliada visceralmente com a impunidade e a corrupção de diversas esferas do Poder Público reproduzem dramaticamente toda a hecatombe social parido pela junção catastrófica da miséria com a violência. O resultado é a inevitável luta pela sobrevivência do mais sórdido darwinismo social. Segundo Ianni (2000), as chamadas “elites” dominantes patrocinam incessantemente a construção de concentração de poder sócio-econômico e produzindo no Estado brasileiro uma assimétrica “modernização excludente” de alguns nichos de interesse aliando-se com uma brutal estrutura de exclusão:

As "elites" dominantes, compreendendo empresariais, militares, intelectuais e do alto clero revelam-se com escasso ou nulo compromisso com a nação, o povo, a sociedade. [...] Estão inclinados a associarem-se com os monopólios, trustes, cartéis, corporações, conglomerados; e inclinados a considerar o país, a sociedade nacional e o povo como território de negócios, pastagem de lucro, ganhos (Ianni, 2000: 56).

O Rio de Janeiro não é a única ilha monopolizadora do medo coletivo. É importante ressaltar a respeito das políticas militarizadas impostas globalmente pelos Estados Unidos em nome de sua particular “guerra contra o terror” provocaram mundialmente um clima de tensão e medo que se acentuou após os atentados terroristas em solo estadunidense em 2001. Nos grandes e médios centros econômicos pelo Brasil, a sociedade acuada pelo medo da violência produz um nicho cada vez mais lucrativo: a indústria do medo. O patrocínio da segurança somente é possível pela promoção indistinta da insegurança. A título de exemplo, já se cogitou a proposta de fazer um batalhão especial de policiais privados para atender exclusivamente as ocorrências de roubos de automóveis. Somente para a disseminação do medo, seguros, equipamentos de vigilância e polícia privada torna-se um nicho comercial com grande utilidade e longe das intempéries de crises econômicas. A partir dessa disseminação do medo, angústia e insegurança, “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (Foucault, 2007: 147).

A ideologia neoliberal disseminada amplamente na sociedade cultiva um arraigado cultivo do individualismo e o consumismo desenfreado. Tudo e todos são transformados em permanentes mercadorias e cabe ao consumidor se digladiar dentro das relações sociais para o acúmulo de seus bens. A droga é uma mercadoria que ao mesmo tempo promete saciar a suposta sensação de liberdade do indivíduo como ao mesmo tempo encarcera o usuário a dispor de mais dinheiro para adquirir mais mercadoria alucinógena. O sedutor mercado das drogas não encontra crise ou obstáculos substanciais para crescer e prosperar quase sem limites.

Portanto, o espaço público é ocupado pelo teatro de operações de uma guerra permanente pelo controle e distribuição de drogas para seus potenciais consumidores. Um lucrativo comércio onde um único quilo de pó se multiplica velozmente sua reprodução e também seus lucros. Nas redes de comandos desta verdadeira indústria, onde o dinheiro fácil e a propina são componentes fundamentais para alimentarem as contas bancárias de uma miríade de grupos de interesses e entre eles se encontram policiais, advogados, juízes e políticos. Para a população que se encontra a margem do processo intestinal desta economia subterrânea resta somente arcar com a explosão secundária de violência. Secundária por um motivo estritamente comercial: o livre comércio não deseja interrupções ou bloqueios de nenhuma natureza. A violência



impregnada dentro e fora das favelas é a manifestação do desequilíbrio da cadeia de interesses e se transforma no conflito pelo território das “disputas comerciais”. Sinaliza Adorno (1993) na guerra fratricida travada entre civilização e barbárie:

A violência na qual se baseia a civilização significa a perseguição de todos por todos, e o maníaco de perseguição só se põe em desvantagem na medida em que atribui ao próximo o que é perpetuado pelo todo, numa tentativa desamparada de tornar comensurável a incomensurabilidade. [...] O horror está além do alcance da psicologia (Adorno, 1993: 143-144).

Na visão de Menegat (2006), “a barbárie nos coloca diante da questão de que nenhuma dimensão utópica pode ser reduzida a uma positividade unilateral, mas que, também, nenhuma utopia pode prescindir dos laços do mínimo divisor comum das suas promessas a partir do presente e seus limites da práxis”. Num mundo marcado pelo permanente estado de barbárie, não existe mais a distinção entre liberdade e cárcere, todos são cooptados pelo medo permanente de uns contra os outros. O coletivo cede espaço para soluções individualistas totalmente inócuas e que fazem fomentar cada vez mais o estado de agressividade e violência social.

5. Considerações finais

No caso particular do Rio de Janeiro, o combate efetivo ao narcotráfico ao estilo de uma “cruzada messiânica” não produzirá nenhum efeito se for tão somente uma tarefa baseada na testosterona e na violência dos seus agentes repressivos. Da violência explícita somente repercutirá mais violência gratuita e generalizada.

Para uma visão mais abrangente do problema, é imperativo um amplo conjunto de ações que passa necessariamente pela descriminalização das populações dos morros e a ampliação substancial do suporte social do Estado. Os modelos autoritários de políticas públicas apenas agravaram os problemas já existentes: a “política criminal de drogas imposta pelos Estados Unidos, assim como a econômica, é o maior vetor de criminalização seletiva nas periferias brasileiras: a prisão parece ser o principal projeto para a juventude popular” (Batista, 2006). Sem um projeto alternativo de “ocupação sócio-educacional” dos morros aliada a uma ampla política de geração de empregos atrelada ao desenvolvimento econômico e urbano, dificilmente as favelas deixarão de ser uma “terra de ninguém” livre para a ocupação por traficantes. Existem alguns projetos bem sucedidos de ONGs em favelas fluminenses, mas insuficientes para resolver a magnitude e complexidade que a questão necessita.

Para alguns setores da sociedade que se postulam como “democráticos”, mas que flertam o autoritarismo com cores fascista, é importante ressaltar que não será exterminando os moradores pobres de ruas, guetos ou favelas que se eliminará a pobreza e tampouco a violência. Não é a pobreza responsável pela criminalidade e o narcotráfico. É justamente o inverso: o comércio de armas e drogas se alimenta parasitariamente do descalabro social e da pobreza atávica das camadas mais frágeis da sociedade. Ignorar o drama de imensos contingentes populacionais que vivem torturados sobre a mira de metralhadoras no meio da guerra civil fluminense é fechar os olhos para o futuro da suposta democracia brasileira. E acima de tudo, é convidar a barbárie a se perpetuar nas estruturas sociais desse país.



6. Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (1993), *Minima Moralia*, São Paulo, Ática.
- AGÊNCIA BRASIL (2007), Protocolo disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/13/materia.2006-11-13.3241539909/view>, [Data de acesso em: 07 de Setembro de 2007].
- ALVES, J. C. S., Assassinos no poder, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2007.
- BATISTA, V. M., A questão criminal no Brasil contemporâneo, *Margem Esquerda*, no. 8, pp. 37-41, São Paulo, Boitempo.
- BORON, Atilio A. (2004), Justiça sem capitalismo, capitalismo sem justiça, In: De Vita, Á. e BORON, A. A. (orgs). *Teoria e Filosofia Política: a recuperação dos clássicos no debate latino-americano*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Buenos Aires, Clacso.
- DAVIS, Mike (2006), *Planeta Favela*, São Paulo, Boitempo, 2006.
- FOUCAULT, Michel (2007), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, São Paulo, Vozes.
- FROMM, Erich (1981), *O medo à liberdade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GOMIDE, Raphael (2008), PM por dentro, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, São Paulo, 18 de Maio de 2008, Protocolo disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1805200805.htm>, [Data de acesso: 18 de Maio de 2008].
- IANNI, O. O declínio do Brasil-nação, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n.º 40, 2000, Protocolo disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300006&lng=en&nrm=iso, [Data de acesso: 05 de Outubro de 2007].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2005), *Unidades da Federação*, Protocolo disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>, [Data de acesso em: 18 de Maio de 2008].
- JUSTIÇA GLOBAL BRASIL (2007), Protocolo disponível em: <http://www.global.org.br>, [Data de acesso em: 07 Setembro de 2007].
- MENEGAT, Marildo (2006), *O olho da barbárie*, São Paulo, Expressão Popular.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de; OLIVEIRA, João Batista Porto de & SILVA, Leonardo de Carvalho (2007), *Bala Perdida*, Protocolo disponível em: www.isp.rj.gov.br, Rio de Janeiro, ISP, 2007, [Data de acesso: 03 Outubro de 2007].
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, G. A. (2007), *Violência Urbana*, São Paulo, Publifolha.
- SOARES, Luis Eduardo (2000), *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOARES, Luiz Eduardo, *Como nascem as milícias*, Protocolo disponível em: www.luizeduardosoares.org, [Data de acesso: 02 de Outubro de 2007].
- USP/NEVUSP (2007), *Terceiro Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil*, São Paulo.
- UN-HABITAT (2003), *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*.
- ZALUAR, Alba (1998), "Para não dizer que não falei de samba, os enigmas da violência no Brasil", in: SCHWARTZ, L. (org), *História da vida privada*, vol. IV, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 245-318.

¹ Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, os registros de ocorrência mencionaram 224 vítimas por “bala perdida” no ano de 2006. Sendo 19 fatais e 205 não fatais. Do total de 6323 homicídios dolosos ocorridos no ano de 2006 no Rio de Janeiro, 71,8% foram produzidos com o emprego de arma de fogo (Miranda et al., 2007).

² O salário mensal bruto médio de um policial militar no Rio de Janeiro é de R\$ 909,49 (cerca de 350 euros), dados do primeiro semestre de 2008 (Gomide, 2008). O piso nacional do salário mínimo mensal brasileiro referente ao mês de março de 2008 é de R\$ 415,00 (pouco mais de 160 euros). Logo, um policial militar do Rio de Janeiro ganha pouco acima de dois salários mínimos! Talvez seja necessário acrescentar uma pergunta indigesta: é possível um policial nestas condições não se corromper ou ser deixado levar pelas variadas situações que permeiam o universo da corrupção? Não se busca aqui justificar os esquemas de corrosiva corrupção endêmica do aparato policial do Rio de Janeiro, mas buscar entender suas possíveis origens.